

RODONORTE – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

taxas do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 29/12/2017, divulgada pela B3/CETIP; (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE; (4) Saldo líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira; e (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2017, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes:

2017	2016
858.976	1.062.926

22. Demonstração do fluxo de caixa

a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

2017	2016
(43.452)	1.807
(43.452)	1.807
43.452	(1.807)
43.452	(1.807)

Composição do Conselho de Administração	
José Braz Cioffi - Presidente	
João Francisco Bittencourt - Vice-presidente	
Guilherme Motta Gomes - Conselheiro	
João Daniel Marques da Silva - Conselheiro	

As Acionistas, Conselheiros e Administradores da, **RodoNorte – Concessionária da Rodovia Integradas S.A.** Ponta Grossa - PR. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da RodoNorte – Concessionária da Rodovia Integradas S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RodoNorte – Concessionária da Rodovia Integradas S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1, que descreve que a Companhia é parte em diversas ações judiciais movidas pelo Governo do Estado do Paraná referentes ao processo de encampação e desapropriação. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Contingências passivas:** Conforme notas explicativas nº 1 e 15 a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos aos processos, requer julgamento profissional da Companhia. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgação relacionadas às contingências passivas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria concluiu esse assunto:** Avaliamos a suficiência das provisões para contingências reconhecidas e dos valores das contingências divulgadas, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados na metodologia de mensuração da Companhia, considerando ainda a avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos, bem como efetuamos o envio de cartas de circularização aos advogados externos e realizamos o cruzamento entre os relatórios de contingências e as respostas das cartas de circularização. Efetuamos a comparação entre a nossa avaliação de probabilidade de êxito das principais teses fiscais e a da Companhia. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras forneceram informações sobre a natureza, exposição, valores provisionados ou divulgados relativos às principais contingências que a Companhia está envolvida. Com base nas evidências

Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras

obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração das provisões e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras comparativas da RodoNorte – Concessionária da Rodovia Integradas S.A. (Companhia) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 3 de março de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também a administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação à administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Empréstimos e Financiamento	Debêntures	Dividendos a pagar	Operações com derivativos	Capital social	Total
(177.789)	(256.182)	-	(13.577)	(174.093)	(621.641)
-	(387.131)	-	-	-	(387.131)
183.137	14.854	-	-	-	197.991
-	-	-	25.687	-	25.687
-	-	210.915	-	-	210.915
-	-	-	-	(16.069)	(16.069)
183.137	(372.277)	210.915	25.687	(16.069)	31.393
(5.937)	(28.083)	-	-	-	(34.020)
589	-	-	(12.110)	-	(11.521)
-	-	(210.915)	-	-	(210.915)
(5.348)	(28.083)	(210.915)	(12.110)	-	(266.502)
-	(656.542)	-	-	(200.208)	(856.750)

Composição da Diretoria	
José Alberto Moraes Rego de Souza Moita - Diretor Presidente e Relações com Investidores	
Cláudio José Machado Soares - Diretor Operacional	

Contador	
Hélio Aurélio da Silva - CRC 1SP129452/0-3/S/PR	

KPMG Auditores Independentes
CRC ZSP014428/0-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/0-7

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE PONTA GROSSA 4ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA - PROJUDI Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590 - Oficinas - Ponta Grossa/PR - CEP: 84.035-900 - Fone: (42) 3224-2833 - E-mail: pg-4vj-e@tjpr.jus.br Autos nº. 0021352-48.2014.8.16.0019 COMARCA DE PONTA GROSSA - PR 4ª VARA CÍVEL EDITAL DE CITAÇÃO DE RUBENS GERALDO ABREU NEVES - COM PRAZO DE 20 DIAS Faz saber, pelo presente edital, a todos quantos virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo mesmo CITA o réu RUBENS GERALDO ABREU NEVES (CPF/MF sob nº 927.314.499-34), com o prazo acima, por estar em lugar incerto e não sabido, nos autos nº 0021352-48.2014.8.16.0019 de Monitoria, em que é requerente COOPERFORTE COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS FEDERAIS LTDA e requerido RUBENS GERALDO ABREU NEVES, para que no prazo de quinze (15) dias, pague(m) as importâncias referidas na inicial, mais honorários advocatícios de 5% sobre o valor do débito (Artigo, 701 do Código de Processo Civil), ficando o réu CIENTE que neste prazo poderá oferecer embargos, que suspenderão a eficácia do mandado inicial (Artigo 702 caput e §4º, do Código de Processo Civil de 2015), ficando o réu ainda CIENTE, que se os embargos não forem opostos, constituir-se-á de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo e prosseguindo na forma de cumprimento de sentença. Cumprindo o réu, o pagamento, no prazo, ficará isento do pagamento de custas (Artigo 701, § 1º, do Código de Processo Civil), com advertência que será nomeado curador especial em caso de revelia e sob pena de não o fazendo, serem presumidos como verdadeiros os fatos alegados na inicial, a seguir resumida: “Finalidade: Citação do Requerido RUBENS GERALDO ABREU NEVES, para que tome conhecimento dos autos em epígrafe, para pagar, em 15 dias, o montante de R\$ 22.033,89 (vinte e dois mil, trinta e três reais, oitenta e nove centavos), com posição em 24/07/2014, referente ao inadimplemento das obrigações decorrentes do Contrato de Abertura de Crédito, a ser incluídos juros e correção monetária desde as datas de vencimentos das cartulas, assim como das custas/despesas processuais e dos honorários advocatícios, ou, querendo, opor embargos, nos moldes dos arts. 702 e seguintes do NCPC”. A ser publicado na forma da lei. Ponta Grossa, aos 30 de Janeiro de 2018. Eu, Paulo Roberto Duso, Escrivão, que digitei, conferi e subscrevo. FÁBIO MARCONDES LEITE, Juiz de Direito

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA
AVISO DE LICITAÇÃO****EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 04/2018 –**

a Prefeitura Municipal de Jaguariaiva torna público que fará realizar, às 09:30 horas do dia 02 de abril do ano de 2018, na Praça Isabel Branco, nº 142 Cidade Alta na sala do Departamento de compras, situado no 3º andar em Jaguariaiva, Paraná, Brasil, **CONCORRÊNCIA**, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução (dias)
Jardim Primavera	Pavimentação CBUQ	10.510,88 m²	300

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, ou solicitada através do e-mail comprasjag@gmail.com. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone 43 35359452.

Jaguariaiva, 22 de fevereiro de 2018.

Vinicius Weigert
Presidente da Comissão de Licitação

PONTA GROSSA CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL 1 OFÍCIO
Rua Frei Caneca, nº 120, Centro.
Município e Comarca de Ponta Grossa
Estado do Paraná.
Telefone 42 – 3224 - 0307

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram-me os documentos exigidos pelo artigo 152AA5 nº I, II, IV e V do Código Civil Brasileiro.

ADRIANO MÁXIMO DINIZ e ELISAMA NADELINA MESQUITA
VANDERLI KOLLER DA SILVA e ELAINE LIMA DOS SANTOS

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente para ser afixado em cartório, no lugar de costume.

DANIELLE MIALSKI VILLAS BOAS VICENTE
Oficial

**S/A HOSPITAL PSIQUIÁTRICO FRANCO DA ROCHA
CNPJ 80.224.934/0001-46 NIRE 41.300.051.721****Edital de Convocação de Assembléia Geral Ordinária (“AGO”)**

Ficam convidados os acionistas da **S/A HOSPITAL PSIQUIÁTRICO FRANCO DO ROCHA**, a comparecer a Assembléia Geral Ordinária que se realizará no dia 23 de Março de 2018, a partir das 10h00, na sede social localizada na Av. Monteiro Lobato 2967 em Ponta Grossa Paraná, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Deliberação sobre as contas da Diretoria traduzidas no Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017;

NOTA: Os documentos citados no item “a” da Assembléia Geral Ordinária de acordo com o artigo 133 da Lei 6404/76 acham-se a disposição dos acionistas na sede social.

Ponta Grossa, 21 de Fevereiro de 2018.

Lucinea Lisboa Lima
Diretora Presidente

**PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ****AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2018 -
PROCESSO N.º 031/2018**

OBJETO: Seleção de propostas visando à contratação de fabricante, concessionário ou revendedor autorizado para aquisição de veículo 0km (tipo caminhonete) para atendimento da Secretaria de Saúde. SESSÃO PÚBLICA E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES: 08/03/2018 às 09h00min. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote. LOCAL: Prefeitura Municipal de Reserva - Divisão de Licitações e Contratos - Rua Benjamin Constant n.º 340, Centro, em Reserva – PR. O Edital e Anexos estão disponíveis para download no endereço eletrônico: <http://www.reserva.pr.gov.br/licitacoes/em-andamento>, ou ainda, solicitado pelo e-mail: reservalicitacoes@gmail.com. Reserva (PR), 22 de fevereiro de 2018.

**PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ****AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 013/2018 -
PROCESSO N.º 032/2018**

OBJETO: Seleção de propostas visando à aquisição de tubos em concreto simples e armado, conforme solicitado pela Secretaria de Obras. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item. SESSÃO PÚBLICA E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES: 08/03/2018 às 14h00min. LOCAL: Prefeitura Municipal de Reserva - Divisão de Licitações e Contratos - Rua Benjamin Constant n.º 340, Centro, em Reserva – PR. O Edital e Anexos estão disponíveis para download no endereço eletrônico: <http://www.reserva.pr.gov.br/licitacoes/em-andamento>, ou ainda, solicitado pelo e-mail: reservalicitacoes@gmail.com. Reserva (PR), 22 de fevereiro de 2018.

**CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ****EDITAL DE CONVOCAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

O Presidente da Câmara Municipal de Reserva CONVIDA as entidades representativas da sociedade, autoridades, cidadãos reservense e a quem possa interessar, a participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA para discussão do PROJETO DE LEI Nº 006/2018, de autoria do PODER EXECUTIVO. SÚMULA: INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS URBANOS CONSOLIDADOS E DE REGULARIZAÇÃO DE PERMISSÃO DE USO DE IMOVEIS PUBLICOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS, conforme a data e horário abaixo discriminado: AUDIÊNCIA PÚBLICA
TEMA: PROJETO DE LEI 006/2018
Dia: 27 de fevereiro (3ª feira)
Hora: 17:00 horas (dezesete horas)
Local: Câmara Municipal de Reserva
SALA DAS SESSÕES, em 22 de fevereiro de 2018.

Vereador ALEIXO LOPATA

Presidente da Câmara Municipal de Reserva

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.

O Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Ponta Grossa no uso das atribuições que lhe conferem o estatuto do sindicato e a legislação em vigor, CONVOCA os integrantes da categoria profissional dos comerciantes representados pelo sindicato signatário, associados ou não, para participar da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 27 de fevereiro de 2018 às 18h:30min, em primeira convocação com a presença da metade mais um dos convocados e, meia hora depois, em segunda convocação com qualquer número de presenças, na sede do sindicato localizada na rua General Carneiro, 740, centro, Ponta Grossa - Pr. Referida Assembleia deliberará sobre as seguintes matérias da ordem do dia: a) leitura, discussão de aprovação da ata da assembleia anterior; b) esclarecimentos e discussão sobre a importância e a necessidade da Contribuição Sindical para a sobrevivência do sistema sindical federativo previsto no art. 8º da Constituição Federal; c) autorização prévia e expressa dos participantes da categoria profissional dos comerciantes da região representada pelo sindicato para o empregador descontar na folha de pagamento o valor correspondente à Contribuição Sindical, na forma prevista nos artigos 545, 578, 579, 582 e 602 da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação introduzida pela Lei nº 13.467/2017.

Ponta Grossa, 22 de fevereiro de 2018

João Vendelin KIELTYKA
Presidente